

FACULDADE DOCTUM DE ADMINISTRAÇÃO DA SERRA

**ARIANE MAFIOLETTI
VALDILENE DELACOSTA BARBOSA**

**EMPREGABILIDADE E ENSINO SUPERIOR: COMO A EVOLUÇÃO
DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO AFETA A EMPREGABILIDADE
DO PROFISSIONAL**

**SERRA
2016**

**ARIANE MAFIOLETTI
VALDILENE DELACOSTA BARBOSA**

**EMPREGABILIDADE E ENSINO SUPERIOR: COMO A EVOLUÇÃO
DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO AFETA A EMPREGABILIDADE
DO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
Faculdade Doctum de Administração da
Serra como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Administração

Orientador: Prof. Me. Ângelo Roberto
Custodio Fiorio

**SERRA
2016**

ARIANE MAFIOLETTI
VALDILENE DELACOSTA BARBOSA

**EMPREGABILIDADE E ENSINO SUPERIOR: COMO A EVOLUÇÃO
DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO AFETA A EMPREGABILIDADE
DO PROFISSIONAL**

Artigo Científico apresentado à Faculdade Doctum de Administração da Serra como
requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração

Aprovada em 12 de Dezembro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA:



Profº. Me.: ANGELO ROBERTO FIORI CUSTODIO
(Faculdade Doctum de Administração da Serra)



Profº. Esp.: SEBASTIÃO LUIZ DE MORAES
(Faculdade Doctum de Administração da Serra)



Profº. Esp.: BRUNO MIGUEL DA SILVA
(Faculdade Doctum de Administração da Serra)

EMPREGABILIDADE E ENSINO SUPERIOR: COMO A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO AFETA A EMPREGABILIDADE DO PROFISSIONAL¹

MAFIOLETTI, Ariane; BARBOSA, Valdilene Delacosta.²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar como a evolução do ensino superior brasileiro afeta a empregabilidade do profissional, levando em consideração que o processo de aprendizagem dura a vida toda e varia de acordo com a pessoa, classe social, cultura (SOARES, 2006), a evolução do ensino superior no Brasil cresceu consideravelmente nos últimos anos, apesar de muitas instituições privadas criarem seus cursos sob direta influência da demanda do mercado atual, explicado pelo passado escravocrata do Brasil como também pela tardia implantação de recursos no país. O presente artigo baseia-se em uma coleta de dados realizada em institutos de pesquisa e estatística, como o SEMESP, IBGE, INEP, IPEA, MEC, artigos e através de entrevistas realizadas com gestores de Recursos Humanos (RH) de várias empresas localizadas na região da grande Vitória/ES, os dados foram analisados de forma qualitativa e quantitativa, de modo a demonstrar os impactos da evolução do ensino sobre a empregabilidade. Os resultados deste estudo apontam que o número de matriculados por ano é consideravelmente superior ao número de concluintes, o que é um dado alarmante, que pode ter relação direta com a demanda do mercado de trabalho que tende a valorizar mais a experiência do profissional do que sua formação. O estudo foi limitado à Grande Vitória e sugere novas pesquisas acompanhando alunos no mercado de trabalho em suas respectivas áreas após sua formação.

Palavras-chave: empregabilidade, evolução, ensino superior, Brasil, profissional.

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho atual é extremamente competitivo e, a cada dia, novas exigências surgem e o profissional deve buscar meios de acompanhar tais mudanças (LEMONS; DUBEUX; PINTO, 2009), (MINARELLI, 1995).

¹O presente texto corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso de Administração e foi produzido como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

² Alunas do curso de Administração da Faculdade Doctum de Serra turma 2016/2. E-mail dos autores: lenedelacosta@gmail.com, nane_mafioletti@hotmail.com.

No mundo, novas tecnologias oferecem oportunidades e também dificuldades que impactam a empregabilidade do profissional. No Brasil, não é diferente, as evoluções nos meios de ensino afetam a formação dos alunos e a competitividade do mercado, o que demanda das universidades, faculdades e estudantes dedicação e comprometimento para acompanhar a evolução do ensino superior, principalmente no Brasil (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009), (MINARELLI, 1995).

Dado este contexto, esta pesquisa visa analisar **como a evolução do ensino superior brasileiro afeta a empregabilidade do profissional?**

Este trabalho justifica-se, pois, deve auxiliar aos novos profissionais que lidam com a área de educação, meios de gerenciar a competitividade dentro e fora das universidades. Além disso, o tema abordado nesse estudo traz consigo a história do ensino superior e empregabilidade no Brasil ser um assunto alvo de críticas tendo pouco prestígio no mundo educacional e profissional.

Este estudo vai analisar a evolução do acesso à educação superior e seus resultados quanto a empregabilidade do profissional brasileiro, diferentes meios de expansão do ensino superior sendo apresentado por quatro meios de acesso; público, a distância, privados e pós-graduação. Embora o acesso ao ensino superior para as classes sociais mais pobres ainda seja mais restrito, os números de faculdades particulares aumentaram significativamente, graças ao incentivo do governo.

Além disso, o presente artigo permanece atual uma vez que a educação e empregabilidade no Brasil estão em constantes mudanças e avaliações. Sendo assim, a importância da pesquisa também se deve pelos conceitos, sugestões e reflexões em relação ao tema, apresentados por diversos autores de referência.

Define-se como hipótese desta pesquisa a seguinte afirmativa: A evolução do ensino superior no Brasil afetou diretamente a empregabilidade do profissional. Define-se como objetivo geral deste trabalho, compreender como a evolução do ensino superior brasileiro afeta a empregabilidade do profissional. Para atingir tal meta ficam definidos os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Evolução do ensino superior brasileiro;
- ✓ Conceituar empregabilidade;

- ✓ Demonstrar de que forma a evolução do ensino superior no Brasil afetou a empregabilidade do profissional brasileiro.

A metodologia utilizada para este artigo depende da coleta de dados sobre a evolução do Ensino Superior no Brasil, bem como de dados sobre a empregabilidade de um profissional no decorrer dos últimos anos. Estes dados serão coletados em institutos de pesquisa e estatística, como Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério da Educação e Cultura (MEC), bem como em artigos, os dados serão analisados de forma qualitativa e quantitativa, de modo a demonstrar os impactos da evolução do ensino sobre a empregabilidade.

2 EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A educação superior vem passando por amplo processo de mudança nos últimos 20 anos, levando em consideração que o processo de aprendizagem dura a vida toda e varia de acordo com a pessoa, classe social, cultura (SOARES, 2006), a evolução do ensino superior no Brasil cresceu consideravelmente nos últimos anos, apesar de muitas instituições privadas criarem seus cursos sob direta influência da demanda do mercado atual, explicado pelo passado escravocrata do Brasil como também pela tardia implantação de recursos no país.

A despeito dos governos municipais, estaduais e federais vemos muitos subsídios e facilidades para o acesso ao ensino privado no que tange a isenção de impostos e financiamentos estudantis, como por exemplo, o Educa Mais Brasil, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), o número de bolsas tem aumentado significativamente a cada ano, porém, para a adoção de um modelo de expansão assentado no setor privado é apontado por Pinto (2004) como sendo um dos fatores que têm mantido o país em desvantagem em relação aos vizinhos continentais. Segundo este autor, tal modelo ganhou corpo com a reforma universitária de 1968 (Lei nº 5.540) e, posteriormente, voltou à tona com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 (Lei nº 9.394), segundo Pinto (2004) esta prática de ensino adotado pelo Brasil não é suficiente o bastante para suprir as necessidades de egressos ao ensino superior,

uma vez que os afrodescendentes e os pobres encontram mais dificuldades para adentrarem as IES.

O ensino superior no Brasil só veio a ser reconhecido em cunho universitário nos anos 30, diferentemente dos países da América Espanhola que tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial. Somente em 1808, ano da vinda da corte portuguesa, o qual foi marcado o início do núcleo de ensino superior no Brasil, a profissionalização era somente para orientação sendo para formação profissional e o controle era total do Estado sobre o sistema (SAMPAIO, 1991).

O ensino superior no Brasil até 1878, (Reforma Leôncio de Carvalho) era exclusivamente público e privativo do poder central, impossibilitando sua mobilidade, o Estado determinava quais instituições seriam criadas, e com quais objetivos, tendo mais interesse político do que científico. O controle do Estado se manifestava ainda pela proximidade que o poder central queria manter dos que o dirigiam ou ministravam, apenas seriam criadas única e exclusivamente por mero interesse do governo, com objetivo de um diplomata profissional para ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e a assegurar prestígio social (SAMPAIO, 1991).

Permanecendo escravocrata até o final do século XIX após o período colonial, a vida urbana restrita a poucos tornando o ensino superior restrito, estando precário e nada instável a criação de escolas profissionalizantes, mantendo voltada para o ensino de profissionais liberais, mesmo com a independência política em 1822 não houve mudanças no ensino e tão pouco diversificação na estrutura do sistema, sempre levando em consideração o nível de controle do Estado sobre as instituições de ensino (SAMPAIO, 1991).

Conforme Sampaio (1991, p. 2 e 5):

No decorrer do século XIX nem só os positivistas eram contrários à criação de universidades. Os argumentos foram vários e se dividem em dois blocos: no primeiro, sustentava-se que os cursos especializados, como a engenharia, minas e agronomia, por terem caráter mais pragmático seriam mais apropriados à ex-colônia, onde, segundo este tipo de argumento, faltavam as bases para os cursos mais amplos e desinteressados, conforme convém a uma universidade. No segundo bloco, encontram-se aqueles que tomavam os cursos de caráter mais humanístico como fúteis e ultrapassados, uma vez que apareciam associados ao modelo escolástico da decadente Universidade de Coimbra antes de sua reforma, não deixando o Brasil evoluir na criação de universidades, não é de admirar que o Brasil tenha um número bruto tão baixo de matrículas no quadro de ensino superior se compararmos com as

colônias espanholas da América. Depois de 1850, sob o governo de Dom Pedro II, período de estabilidade política e de crescimento econômico, presencia-se uma expansão gradual das instituições educacionais e a consolidação de alguns centros científicos, como o Observatório Nacional, o Museu Nacional e a Comissão Imperial Geológica. Mas essa expansão foi relativa.

Segundo Sampaio (1991, p.5), Limpo de Abreu ministro do Império em 1837, escreveu em seu relatório:

A conveniência de se fundar estabelecimentos de ensino de que tenho tratado e de formar, com outros já existentes, uma só corporação científica com o título de universidade foi nos largamente demonstrado em um dos anteriores relatórios de repartição interinamente a meu cargo (...) É, porém, o meu dever o lembrar-vos a absoluta precisão de criar-se uma autoridade individual ou coletiva a quem não só se incumba a tarefa de vigiar sobre as doutrinas ensinadas à mocidade, mas também se dê mais influência e respeito aos lentes e certa jurisdição correcional para compelir o aluno ao cumprimento de suas obrigações escolásticas e manter a necessária decência, respeito e subordinação.

Somente após a instalação da Família Real Portuguesa no Brasil, no ano de 1808, ocorreu às primeiras iniciativas culturais no Brasil, criando Faculdades (HUMEREZ e JANKEVICIUS, 2015).

- 1808-Faculdade de Cirurgia da Bahia-Salvador
- 1808-Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Em 1822 ocorreu a Independência do Brasil encerrando o período colonial com a criação das Faculdades:

- 1827-Faculdade de Direito de Olinda
- 1827-Faculdade de Direito de São Paulo
- 1839-Faculdade de Farmácia de Ouro Preto
- 1876-Escola de Minas-Ouro Preto

Em 1889 ocorreu a Proclamação da República continuando a criação de Faculdades em outros Estados.

- 1891-Faculdade Nacional de Direito - Rio de Janeiro
- 1892-Faculdade de Direito- Belo Horizonte
- 1893-Escola Politécnica-São Paulo
- 1896-Escola de Engenharia Mackenzie-São Paulo
- 1898-Faculdade de Direito de Goiás.

2.1 TENTATIVAS DE IMPLANTAÇÃO DE UNIVERSIDADES NO BRASIL

Inicialmente as tentativas de implantação de universidades no Brasil nunca foi assunto prioritário tanto para os brasileiros como para Portugal, uma vez que tanto Portugal como os próprios brasileiros não viam justificativas plausíveis para criação de universidades em suas colônias, considerando mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores (FAVERO, 2006, p. 4). Desde logo, negou a Coroa portuguesa aos jesuítas que, ainda no século XVI, tentaram criá-la na Colônia. Em decorrência, os alunos graduados nos colégios jesuítas iam para a Universidade de Coimbra ou para outras universidades europeias, a fim de completar seus estudos. Tentativas essas que foram sem êxito sabendo que para Portugal não traria vantagem alguma. Assim durante um século Portugal não deixou o ensino superior progredir no Brasil vivenciando assim um longo caminho até a criação de sua primeira universidade de ensino.

Segundo Humerez e Jankevicius (2015, p.1).

As Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de Pesquisa, de Extensão e de domínio e cultivo do saber humano. São responsáveis pela produção, preservação e transmissão dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos adquiridos pela Humanidade em sua evolução cultural, constituindo a Civilização Ocidental atual.

As Universidades ocidentais surgiram na Idade Média na Europa, sendo as primeiras reconhecidas: a Universidade de Bolonha, na Itália, criada no século XI, em 1.088, Universidade de Oxford-Inglaterra, em 1096; Universidade de Paris, França, em 1170; Universidade de Cambridge-Inglaterra, em 1209 e muitas outras, que persistem até os dias atuais. Em Portugal, a primeira Universidade é a de Coimbra, fundada em 1290.

As Universidades medievais européias lançaram as bases da Educação Superior moderna, definindo os conceitos de bacharelado, licenciatura, mestrado, doutorado, utilizados até hoje.

As Universidades são fundamentalmente Instituições de Ensino Superior que utilizam as atividades de pesquisa e extensão (Tripé ensino-pesquisa-extensão) para cumprir seu objetivo fim de formar profissionais de nível superior adequados ao desenvolvimento da sociedade.

2.1.1 A Reforma Universitária de 1968 (Lei Nº 5.540)

Antes da reforma de 1968 eram apenas ministrados cursos de Teologia e Filosofia pelos próprios jesuítas, uma vez que o modelo econômico da época não necessitava

de formação superior para dar seguimento em sua linha de negócios e havia também o medo por parte dos portugueses da independência (DE FIGUEIREDO, 2005).

A reforma universitária de 1968 sem dúvidas foi um marco na independência do ensino superior, dando início neste período a criação das universidades privadas e também de pequeno porte, devido ao Brasil ser uma colônia Portuguesa somente com autorização de Portugal criava-se instituições de ensino no país, porém diante desta detenção de poder Portugal não autorizava este acesso educacional em suas colônias com medo deste contribuir para o movimento de independência e por não terem condições econômicas para manter as instituições, com a transferência do poder metropolitano, houve a necessidade de modificar o ensino superior na colônia, era preciso “fundar todo um grau de ensino completamente distinto ao anterior.” (ANTUNES; DA SILVA; BANDEIRA, 2011, p 4). Desta forma foram fundadas as “cátedras que eram unidades de ensino de extrema simplicidade, consistindo num professor que com seus próprios meios ensinava seus alunos em locais improvisados, os cursos ministrados eram medicina, engenharia e direito” (Idem, p. 4). Com a reforma universitária houve aumento de matrículas nas instituições de ensino superior de iniciativa privada, em 1920, criou-se a primeira instituição universitária, a Universidade do Rio de Janeiro.

Com a reforma e 1968 houve uma intensa criação de instituições privadas a fim de atender a demanda educacional, porém neste momento não foi levado em consideração a classe social, etnia e cor, itens estes que impactam na evolução do ensino (ANTUNES; DA SILVA; BANDEIRA, 2011).

2.2 EMPREGABILIDADE

Após o advento da Revolução da Informação e da Comunicação, observou-se uma expressiva redução dos postos de trabalho disponíveis no mercado. Em decorrência deste fato, surgiu o conceito de empregabilidade. Pode-se conceituar a empregabilidade como a capacidade de um indivíduo permanecer empregado e ser desejado pelo mercado de trabalho (REIS et al., 2010, p. 2).

O termo empregabilidade vem sendo colocado em questão uma vez que este é a capacidade do indivíduo subjetivamente manter-se no mercado de trabalho atual e o poder de negociar seus conhecimentos (MACHADO, 1998). O assunto empregabilidade vem sendo discutido mundialmente acerca da crise atual no mercado

de trabalho, a qualificação profissional vem enfrentando desafios por parte dos interessados em manter-se empregados, melhoria da qualificação profissional faz parte das estratégias adotadas pelos países da Europa, no entanto a educação como papel econômico vem se revalorizando numa proporção gigantesca diferentemente do ocorrido na década de 1960, a educação passa a ser valorizada como diferencial para aumentar as chances individuais de inserção no mercado de trabalho ou, em outros termos, a aumentar a empregabilidade dos indivíduos (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009).

Embora a qualificação profissional venha estar relacionada como requisito para empregabilidade muitos brasileiros mesmo estando em conformidade não se mantêm empregados devido serem de classe social menos favorecida, o que vem chamando a atenção para elementos importantes, porém menos objetivos, que também afetam a empregabilidade dos trabalhadores, a origem social e a rede de relacionamentos, o “berço” é fundamental para garantir a inserção no mercado de trabalho, mas isso não significa que a educação não seja relevante no que tange à empregabilidade (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009).

Atrelado ao conceito de educação básica, temos também os de empregabilidade e competência, a cada dia exigindo maior capacidade de mobilidade, adaptação e resposta do trabalhador às novas exigências do mercado de trabalho para manter-se no mercado. Com o passar dos anos, inúmeras mudanças aconteceram no concorrido mercado de trabalho, especialmente no início dos anos 90, a questão da empregabilidade passou a ocupar um lugar de destaque no contexto de trabalho, desencadeado principalmente por adventos como a globalização e alta tecnologia (GRESELE; CONRADO; NETO, 2008).

Com a crescente transformação e competitividade no mercado de trabalho, exige-se cada vez mais dos indivíduos aperfeiçoamento de seus conhecimentos não sendo bastante somente o conhecimento adquirido no âmbito das formações técnicas e superiores com o intuito de manter-se no mercado uma vez que a evolução tecnológica está ganhando espaço cada vez maior e exigindo melhor qualificação dos indivíduos, todos os esforços para tal aperfeiçoamento só será válido no momento em que este for colocado em prática. O Brasil vive, nos últimos anos, a intensificação do processo de flexibilização do trabalho, o que gera graves impactos na mão-de-obra (HELAL, 2007, p.2).

Com a mudança do mercado de trabalho mudou também o papel do empregador que antes tinham seus contratos de trabalhos vitalícios oferecendo estabilidade empregatícia aos seus funcionários, porém nos dias atuais este cenário mudou radicalmente onde o trabalhador é quem deve procurar meios para manter-se no emprego, neste momento, a empregabilidade surgiu com a expansão econômica.

Diante da globalização e inovação tecnológica, o mercado de trabalho tornou-se palco de grande competitividade o que fez com que o termo empregabilidade torna-se cada dia mais frequente, buscam-se cada vez mais profissionais com habilidades, competências renovadas e velocidade de aprendizado.

2.2.1 Entendendo o termo empregabilidade

Atualmente busca-se um perfil profissional pautado na competência e no desenvolvimento de habilidades, com resiliência, o profissional que tem competências e habilidades diversas é capaz de atuar em qualquer ambiente organizacional, proporcionando mudança e visão renovada para a empresa (HELAL, 2007).

Para Sanches, (2015, p.1) o termo empregabilidade baseia-se na recente nomenclatura dada a competência de ajustamento do profissional ao mercado de trabalho. Quanto mais ajustado, maior sua empregabilidade.

Conforme mencionado por Sanches (2015, p. 1) entende-se por empregabilidade:

A busca constante do desenvolvimento de habilidades e competências agregadas por meio do conhecimento específico e pela multifuncionalidade, as quais tornam o profissional apto à obtenção de trabalho dentro ou fora da empresa.

O termo surgiu na última década, pela necessidade dos trabalhadores de adquirir novos conhecimentos que os habilitassem a acompanhar as mudanças no mercado de trabalho. Até então, as oportunidades de trabalho eram oferecidas principalmente pelas indústrias. A partir daí passam a surgir vagas no setor de serviços, exigindo um outro perfil de trabalhador, que tenha competência para desenvolver as novas atividades.

Sanches (2015) representa a competência como o saber efetivo da matéria enquanto a habilidade relaciona-se a sua execução, ou seja, sua prática. O profissional, da atualidade, deve ser objeto de constante requalificação e atualização para não ser considerado ultrapassado, sendo essa uma exigência fundamental para iniciar-se no mercado de trabalho, a empregabilidade exige do profissional a busca constante pelo aperfeiçoamento de seus conhecimentos.

A constante busca por profissionais qualificados é uma realidade atual e cabe ao profissional, de qualquer área, estar preparado e consciente de sua atuação, caso contrário estará automaticamente fora das exigências do mercado de trabalho (MALSCHITZKY, 2004).

A empregabilidade assim sendo, vem nos proporcionar em relação às mudanças do profissional em diversas áreas de atuação, consentindo que esse seja inserido no contexto das organizações atuais e competitivas. Com isso o profissional que tem competências e habilidades diversas é capaz de operar em qualquer ambiente organizacional, viabilizando mudança e visão renovada. (GRESELE; CONRADO; NETO, 2008).

O mercado de trabalho atual e o mundo globalizado exigem constantes mudanças e atualizações dos profissionais o ideal é preparar-se para exercer novas funções caso contrário o profissional será considerado ultrapassado e sem valor ao mercado de trabalho atual (MALSCHITZKY, 2004).

Empregabilidade tem a ver com saúde profissional. Ter empregabilidade é conseguir rapidamente emprego em qualquer organização, independente do momento em que vive o mercado em termos de maior ou menor demanda. O termo empregabilidade acabou por alcançar uma dimensão inusitada, ampliando o conceito de maior capacidade para uma pessoa ser empregada. Hoje, o conceito de empregabilidade já alcança a noção de capacidade ou condição de uma pessoa possuir um conhecimento, serviço ou produto que possa ser usufruído não só por empresas, mas também por indivíduos ou grupos isolados. (GRESELE; CONRADO; NETO, 2008 p. 2).

Para que a empregabilidade do profissional não seja considerada obsoleta, é necessário estar em reflexão e modernização contínua, ou seja, ter o conhecimento das ferramentas que o mercado exige. O cenário atual, está buscando cada vez mais profissionais qualificados e é de responsabilidade do profissional, de qualquer área, estar preparado e apto para as exigências do mercado de trabalho (GRESELE; CONRADO; NETO, 2008).

3 EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 13 ANOS (2000 A 2013)

O Brasil por ser um país situado na América Latina e enxergado com tendo grande índice de desigualdade territorial e social tem como desafio educar seus cidadãos oferecendo ensino de qualidade e que este traga oportunidades de aprendizagem e ingresso no mercado trabalho (STALLIVIERI, 2006).

Países da América Latina estão dando passos cada dia mais importantes para oferecer condições a seus cidadãos de obterem ensino de qualidade e aumentar sua capacidade intelectual, não sendo diferente no Brasil. Atendendo ao mercado que solicita a cada dia profissionais mais preparados e qualificados e com capacidade intelectual sempre atualizada, O Brasil ampliou seu número de instituições de Ensino Superior (IES) nos últimos anos e facilitou o ingresso nas mesmas criando incentivos governamentais por todo seu território (STALLIVIERI, 2006).

O Ministério de Educação do Brasil define, para efeito de registros estatísticos, que as instituições de Ensino Superior estão classificadas da seguinte maneira:

- Públicas - federais, estaduais e municipais;
- Privadas - comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares (STALLIVIERI, 2006, p.6).

Dados apresentados no quadro 1 indicam que nos últimos 13 anos as instituições de ensino superior (IES) no Brasil esteve em constante crescimento, sendo fundamental para o campo acadêmico e traçando um papel estratégico para o desenvolvimento econômico do país. Observa-se nitidamente que no período de 2000 a 2013 as IES em sua totalidade cresceram 102,6%. A concentração desde crescimento está diretamente ligada a rede de ensino privada que teve uma expansão de 108,2 %, já a rede federal de ensino expandiu 71%, destacando o ano de 2013 com um pequeno declínio de 1% totalizando 2.391 instituições, onde 2.090 IES privadas e 301 públicas (IBGE, 2015).

ANO	TOTAL	REDE PRIVADA	REDE PÚBLICA
2000	1180	1004	176
2001	1391	1208	183
2002	1637	1442	195
2003	1859	1652	207
2004	2013	1789	224
2005	2165	1943	231
2006	2270	2022	248
2007	2281	2032	249
2008	2252	2016	236
2009	2314	2069	245
2010	2378	2100	278
2011	2365	2081	284
2012	2416	2112	304
2013	2391	2090	301

Quadro 1 - Evolução das instituições de ensino superior - 2000 a 2013.

Fonte: Dados de pesquisa, Sindata / Semesp - Base: Censo INEP, adaptado pelos autores 2015.

Paralelo a evolução das instituições tivemos também a evolução da oferta de cursos de graduação. De acordo com os quadros 02 e 03, em 2003 foram ofertados 16.505 cursos, com o passar dos anos a oferta cresceu gradativamente. Este número ultrapassou os 90% no ano de 2013 onde foram ofertados 32.049 cursos no total, de 2003 a 2013 o crescimento das matrículas foi maior nas regiões mais carentes do território Brasileiro, Norte e Nordeste 94% destas matrículas foram no Nordeste e 74% no Norte, já no Sul região considerada com autopoder aquisitivo este número foi baixo apenas 26%. Este crescimento está ligado aos programas de acesso ao ensino criados pelo governo, como por exemplo o Prouni, Educa Mais Brasil, FIES, etc, neste momento fala-se tanto em presencial quanto em EAD. (MEC, 2015).

Este novo cenário da educação superior no Brasil é facilmente percebido nos dias atuais, assim como o aumento da formação no nível superior, a pós-graduação também passa pelo mesmo processo no Brasil, concomitantemente o mestrado e o doutorado também vêm crescendo, porém, não em números tão alarmantes se comparado com a formação superior primária.

ANO	TOTAL CURSOS OFERECIDOS
2003	16505
2007	23896
2011	30420
2012	30718
2013	32049

Quadro 2 - Oferta de cursos de graduação

Fonte: Dados de pesquisa, Inep / Mec, adaptado pelos autores 2015.

REGIÕES DO BRASIL				
NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE
76%	94%	47%	26%	48%

Quadro 3—Crescimento das matrículas nas universidades por região 2000 a 2013.

Fonte: Dados de pesquisa, Inep / Mec, adaptado pelos autores 2015.

Graduações que dão melhores oportunidades e estabilidades são atualmente as mais procuradas no país, no ranking decrescente de procura temos: Direito, Administração, Pedagogia, Engenharia Civil, Ciências Contábeis, Psicologia, Enfermagem, Educação Física, Fisioterapia e Nutrição, dentre essas Administração é o curso mais ofertado pelas IES e Pedagogia é o mais barato da lista (MARTINS, 2016).

No quadro 4 estão concentrados os cinco cursos superiores de maior destaque no quesito matrículas, ingressantes e concluintes, embora o crescimento das IES e a oferta de cursos superiores serem grande, o quadro abaixo deixa bem nítido que a grande maioria dos matriculados, não termina o curso, o que dá indícios de que a qualidade dos cursos ou o interesse dos alunos mudam conforme o passar do tempo. De pouco mais de 1 milhão e meio de alunos matriculados, pouco mais de 20% conclui os estudos (IBGE, 2015).

Curso	Matriculas	Ingressantes	Concluintes
Direito	677.875	214.923	81.903
Administração	557.948	196.201	86.466
Pedagogia	213.142	83.561	40.848
Engenharia Civil	211.255	98.337	9.285
Ciências Contábeis	208.380	77.947	29.169

Quadro 4—Cinco cursos presenciais mais procurados em 2013 na rede privada de ensino

Fonte: Dados de pesquisa, Sindata / Semesp - Base: Censo INEP, adaptado pelos autores 2015.

No ranking de concluintes, para o ano de 2015, temos no topo o curso de Administração com 86.466, o que representa 15,49% em relação ao número de matriculados, em segundo lugar vem o curso de Direito com 81.903 trazendo apenas 12,08% de concluintes. A quantidade de concluintes não esteve na mesma proporção que o número de matriculados, fato este que demonstra ainda a grande desigualdade existente até hoje nas classes sociais, dificuldades em manter-se na faculdade pode estar relacionada a cor, raça, classe social, IBGE 2015.

4 EVOLUÇÃO DA EMPREGABILIDADE BRASILEIRA

O foco do trabalho está na ideia de até de que ponto a educação formal contribui para a inserção e permanência dos indivíduos no mercado de trabalho uma vez que a educação é a acumulação de capital humano através da escola. (MENEZES-FILHO, 2001).

Diante da baixa nas ofertas de postos de trabalho disponíveis no mercado formal de hoje, o emprego no futuro (já presente) deixa a população em estado de alerta por estar cada vez mais escasso podendo até mesmo ser considerado uma epidemia que atinge a todos não escolhendo, classe social, raça, sexo dentre outros (SARSUR; MENDES, 2002).

Com o avanço da oferta de cursos de graduação e conseqüentemente de profissionais graduados, veio o aumento na competição para inserção no mercado de trabalho. Para Zulauf (2006) estudos evidenciam que o ensino universitário na visão dos próprios estudantes deveria desenvolver habilidades as quais os indivíduos pudessem de imediato usar no ambiente de trabalho, uma vez que muitos graduados recém-formados não utilizam o conhecimento específico acadêmico adquiridos nos cursos e nem sempre conseguem entrar para o mercado de emprego de nível superior.

Muito se fala em capital humano voltado para a empregabilidade na sociedade capitalista, porém deve ser analisado com ressalvas, mesmo estando em evidência o assunto capital humano ainda é pouco explorado analiticamente, não tendo base suficiente para comprovar que a educação formal aumenta a capacidade de permanência no mercado de trabalho uma vez que está nítido em revistas, jornais, sites e outros meio de comunicação o crescimento da crise no trabalho dando ênfase a empregabilidade como maneira de enfrentar essa batalha de sobrevivência na disputa e permanência no emprego (BALASSIANO; DE SEABRA; LEMOS, 2005).

Mudanças na economia trouxeram grande impacto para o mercado de trabalho, exigindo do profissional que se adapte as necessidades do mercado em que está inserido sendo capaz de adaptar-se a novos empregos assim como a novos ambientes de trabalho, tais habilidades citadas neste estudo não tem uma definição principal não sendo possível limitá-las por ser um termo muito abrangente, tais como, atuação, realização, confiança, tomada de decisão, saber lidar com a incerteza, transferir conhecimentos adquiridos dentre outros, este por ser muitas vezes único de cada indivíduo (ZULAUF, 2006).

Segundo os autores Sarsur e Mendes (2002, p.12) existe uma grande preocupação de um todo quanto a oferta de postos de trabalho:

há uma palavra que soa nova e parece prometida a um belo futuro: 'empregabilidade' [...]. Trata-se, para o assalariado, de estar disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino, no caso dos empregadores. Ele deverá estar pronto para trocar constantemente de trabalho[...]. Mas, contra a certeza de ser jogado 'de um emprego para outro', ele terá uma 'garantia razoável' - quer dizer, nenhuma garantia - 'de encontrar um emprego diferente do anterior que foi perdido, mas que paga igual'. [...] e quanto às 'garantias razoáveis', suspeita-se que elas serão consideradas cada vez mais 'não razoáveis' e não existentes. Inventarão, todavia, o nome de um 'gadget' para distrair as multidões. Lembrem-se: empregabilidade.

Ao falar de ofertas de vagas de emprego no Brasil a expectativa não remete otimismo, o país traz uma história de pouca credibilidade neste assunto, o nível de desempregados é assunto presente em revistas, jornais, TV e outras mídias, dados do IBGE mostram que desde 2012 não se via um número tão alarmante de pessoas desempregadas no país, conforme demonstrado no quadro 5 em cada região do país o número de ofertas de vagas de emprego nos últimos 13 anos esteve em constante variação independente da região.

Segundo dados do IBGE 2016, essa é a maior taxa de desempregados, 11,2% índice recorde, desde 2012 não se via uma taxa tão grande de desocupados no país. No ano de 2015 podemos constatar o declínio das ofertas, destacando a região Sudestes a qual foi a recordista na taxa de desemprego (IBGE 2006).

Norte	Vagas ofertadas	Nordeste	Vagas ofertadas	Sudeste	Vagas ofertadas	Sul	Vagas ofertadas	Centro Oeste	Vagas ofertadas
2003	7259	2003	7330	2003	26392	2003	-7671	2003	3923
2004	13261	2004	30099	2004	118629	2004	25135	2004	14909
2005	3888	2005	21723	2005	88087	2005	-2255	2005	6021
2006	7338	2006	29953	2006	98618	2006	5098	2006	12540
2007	12048	2007	27566	2007	70510	2007	11693	2007	5175
2008	8743	2008	40816	2008	116776	2008	25742	2008	11141
2009	11028	2009	39291	2009	65344	2009	11624	2009	11115
2010	12010	2010	40675	2010	90905	2010	27586	2010	10620
2011	14296	2011	27543	2011	69201	2011	17044	2011	12479
2012	12883	2012	21184	2012	83093	2012	13060	2012	12276
2013	7765	2013	10005	2013	17418	2013	-500	2013	6775
2014	9438	2014	6013	2014	-4419	2014	-5560	2014	6324
2015	-2024	2015	-25164	2015	-79944	2015	-44943	2015	-5830

Quadro 5 - Oferta de empregos por regiões geográficas - ano 2003 a 2015.

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED, adaptado pelos autores 2016.

A geração de postos de trabalho está cada dia mais escasso, as empresas deixaram de lado sua posição paternalista, o conceito de emprego traz que estar empregado com carteira assinada é uma cultura, uma tranquilidade que vem desde tempos atrás, no entanto nos dias atuais este conceito está ficando obsoleto devido as constantes transformações no mercado de trabalho (SARSUR; MENDES, 2002).

5 PESQUISA DE CAMPO

A metodologia utilizada para este artigo foi através de coleta de dados secundários sobre a evolução do Ensino Superior no Brasil, bem como de dados sobre a empregabilidade de um profissional no decorrer da última década, mais precisamente, esta pesquisa buscou compreender como a evolução do ensino afetou o processo de saída da faculdade e na entrada no mercado de trabalho.

Primeiramente foram coletados dados estatísticos e em instituições como o IBGE, INEP, IPEA, MEC e artigos. Em segundo momento foram realizadas entrevistas com gestores de RH, em um total de 04 (quatro) empresas de ramos diferentes, todas localizadas na região da Grande Vitória/ES. A pesquisa de campo foi desenvolvida através de um questionário semiestruturado, contendo 07 perguntas:

- (1) Baseado no nível de escolaridade da população brasileira, qual o perfil de profissional você busca contratar para a empresa?
- (2) Qual a formação exigida para cada função?
- (3) Ter formação Superior completa aumenta a probabilidade de ser contratado? Em quantos por cento?
- (4) Qual o peso na hora da contratação em se tratando de faculdade federal e privada?
- (5) Nos últimos 10 anos a rede privada cresceu mais de 100% foi quem mais ofertou cursos de graduação. Em sua opinião, existe diferença entre o profissional formado pela rede Pública e pela rede Privada?
- (6) Falando de empregabilidade, com este crescimento nos últimos 10 anos e a grande oferta na rede privada de ensino, a qualidade do ensino superior melhorou ou piorou a empregabilidade do profissional?
- (7) Demissões abrem vagas para contratação. Durante a contratação a empresa prioriza o indivíduo com experiência de mercado e com menos formação acadêmica, ou o indivíduo recém-formado e sem experiência de mercado?

As perguntas seguiram o mesmo padrão do trabalho, partindo de uma visão mais ampla sobre a evolução do ensino e a visão dos gestores sobre esse fato, e evoluindo em direção a analisar as exigências do mercado para os novos profissionais recém-formados.

Dos 4 entrevistados, 2 permitiram uma conversa pessoal sobre o assunto, enquanto os outros 2 responderam às perguntas por e-mail. Em todos os casos as perguntas foram as mesmas. As entrevistas duraram em média 13 minutos. As respostas foram analisadas de forma qualitativa e quantitativa, de modo a demonstrar os impactos da evolução do ensino sobre a empregabilidade.

6 ANÁLISE DE DADOS

Dos 4 respondentes do questionário semiestruturado, 2 representavam empresas do ramo de supermercados, 1 representava empresa do ramo de engenharia e 1 do ramo de cimento. Entretanto todos exercem a função de Gestores de Recursos Humanos, ou seja, todo o processo de seleção de novos funcionários passa por estes profissionais. Apenas uma empresa autorizou a divulgação do nome, entretanto, em respeito aos outros respondentes, a identidade de todos será preservada.

Para melhorar a análise dos dados as empresas serão chamadas da seguinte forma:

Dois Supermercados: “A” e “B”; Engenharia: “C”; Industria de Cimento: “D”.

Quando perguntados sobre o perfil de profissional que a empresa busca contratar, a gestora da empresa “A” afirmou que depende de qual função será exercida, uma vez que existem funções mais operacionais e outras mais administrativas, que apresentam perfis completamente diferentes e opostos. Já o gestor da empresa “D” afirmou que a preferência é por profissionais mais jovens, que tenham chegado a empresa por indicação de outros funcionários e com famílias pequenas.

Já quando perguntados sobre a formação exigida para cada função, os gestores das empresas “A”, “C” e “D” comentam que o ensino superior é fundamental para a maioria das funções destacadas dentro da empresa, ressalvo a empresa “A” que mencionou que dependendo do setor que o indivíduo for atuar é exigido somente o primeiro grau pois são funções mais operacionais. A gestora da empresa “B” destaca que é exigido apenas o ensino médio por se tratar de vagas também operacionais.

Ao perguntar se ter formação Superior completa aumenta a probabilidade de ser contratado as opiniões são bem divididas, as empresas “B” e “D” acham que não, já a empresa “C” diz que depende da função que será exercida dentro da organização. Perguntado em quantos por cento aumentaria a chance de contratação o indivíduo que possui o ensino superior as empresas “A” e “B” dizem que depende do ponto de

vista que será analisado, a empresa “A” diz que se tratando da parte operacional seria em torno de 20% por cento, pois a maioria das funções é operacional, já a empresa “B” acredita que 50% pois uma pessoa com estudo é mais fácil de se lidar do que uma pessoa “semialfabetizada”. A empresa “C” destaca que é difícil fazer um cálculo de porcentagem, pois nesse caso eles procuram analisar a experiência profissional do indivíduo para depois aliar a função que ele está se candidatando, ressaltando que existem funções dentro da empresa que é imprescindível o ensino superior.

Perguntado sobre qual o peso na hora da contratação em se tratando de faculdade federal ou privada, 100% dos respondentes afirmaram não ter peso nenhum, pois o que é avaliado na hora da entrevista é a desenvoltura e habilidades do candidato.

Conforme pesquisas bibliográficas, já foi confirmado que nos últimos 10 anos a rede privada cresceu mais de 100%, foi quem mais ofertou cursos de graduação. Perguntado sobre a diferença entre o profissional formado pela rede Pública e pela rede Privada as empresas “B”, “C” e “D” dizem acreditar que a diferença está na força de vontade do indivíduo, se o profissional for dedicado à sua desenvoltura será boa em qualquer rede de ensino. Já a empresa “A” acha que tem diferença sim, ela acredita que as melhores notas saem das redes de ensino privada apesar de isso não ter peso algum na contratação, o peso que se tem é o comprometimento do profissional.

Falando de empregabilidade, com este crescimento nos últimos 10 anos e a grande oferta na rede privada de ensino, a qualidade do ensino superior melhorou ou piorou a empregabilidade do profissional: Ambas as empresas afirmaram que houve uma melhora significativa na hora da contratação, porém a concorrência aumentou em disparado. A gestora da empresa “A” afirma que a 10 anos atrás era muito difícil encontrar pessoas qualificadas disponível no mercado de trabalho, quadro este que não se repete nos dias atuais, já o gestor da empresa “D” acredita que o aumento de profissionais formados gera mais concorrência, porém suas habilidades e qualidade de ensino só é desenvolvida e testada durante sua experiência profissional.

No quesito demissão sabendo que as mesmas abrem vagas para contratação, fizemos o seguinte questionamento, durante a contratação a empresa prioriza o indivíduo com experiência de mercado e com menos formação acadêmica, ou o indivíduo recém-formado e sem experiência de mercado? As gestoras das empresas “A” e “D” afirmaram que é imprescindível o ensino superior para funções mais

específicas, citaram até exemplos como: contador, gerente de Recursos Humanos (RH), gerente comercial, etc.

A empresa “A” afirmou que a empresa busca sempre novos talentos, inclusive incentivam o programa de estágio dentro da organização por acreditar que dali pode se sair um grande profissional, citou o exemplo de funcionários que entraram como menor aprendiz e hoje ocupam cargos de assistente e até analista dentro da organização. A gestora da empresa “D” ressalta também que existem funções técnicas que exigem um pouco mais de experiência prática do que a formação, já para outros casos a admissão de candidato inexperiente é saudável, pois o candidato será educado de acordo com nossos princípios e dentro da filosofia da empresa, porém cuidados especiais são tomados quando da contratação de ex-integrantes de concorrentes, pois normalmente podem trazer vícios indesejáveis para a organização.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi motivada pelo questionamento sobre o impacto do avanço do Ensino Superior no Brasil sobre a empregabilidade do profissional formado. Partindo dos dados bibliográficos apresentados neste estudo, ficou claro que a trajetória da educação no Brasil foi bastante conturbada e percorreu um longo caminho para que o Ensino Superior atingisse o padrão que apresenta nos dias atuais.

No período sob análise, os últimos 13 anos, a educação brasileira evoluiu muito de forma geral. Cresceu em volume, ampliando a oferta e chegando à lugares distantes dentro do território nacional e que, historicamente, não haviam recebido grandes investimentos na área da educação, em especial para o desenvolvimento do Ensino Superior. Entretanto, os dados apresentados demonstram que o número de matriculados é consideravelmente superior ao número de concluintes, o que é um dado alarmante. Como exemplo destacamos os cursos de Direito e Administração, que são os dois que oferecem mais vagas, mas que apresentam um índice de conclusão de apenas 12,08% e 15,49% respectivamente. Tal informação alerta para a perda de interesse do estudante no decorrer do curso, o que pode ter relação com a falta de reconhecimento do mercado para com o profissional recém-formado.

A percepção deste fato motivou a ampliação da pesquisa para o mercado, na busca para compreender como a formação afeta a empregabilidade, bem como que valor o mercado de trabalho dá ao profissional recém-formado.

O termo empregabilidade tem relação com a resiliência dos profissionais, diante da constante mutação a qual o mercado de trabalho vem percorrendo atualmente. Outro ponto a ser considerado neste trabalho é o fato da palavra empregabilidade ressaltar que os trabalhadores são os responsáveis por se manter empregáveis através da busca constante pelo aperfeiçoamento de seus conhecimentos.

De posse dos dados coletados através das entrevistas com gestores de RH ficou claro que o ensino superior trouxe grande competitividade na hora da contratação, mas não garantia de emprego, pois o mercado procura conhecimento atrelado à experiência.

Desta forma pode-se concluir com essa pesquisa que apenas a formação superior, sem experiência de mercado, não é garantia de emprego na área de formação, uma vez que para muitas empresas, ao realizar um processo de contratação, não buscam apenas formação superior, e sim experiência de trabalho, levando em consideração a atividade fim a qual será desenvolvida muitas vezes não exige conhecimentos de nível superior.

Por fim, destaca-se que a pesquisa se limitou a poucas empresas na região da Grande Vitória, bem como uma análise macro da opinião dos gestores de RH sobre o assunto. Sugere-se, portanto, que novas pesquisas sejam feitas para ampliar esta análise, com mais empresas, em diferentes reuniões e amparada por dados quantitativos mais expressivos.

Outra sugestão é um aprofundamento nos índices de conclusão e o emprego do profissional em sua área de formação, em especial por um período de tempo expressivo como o utilizado nesta pesquisa, para que se possa analisar se o alto número de formandos pode saturar o mercado local.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Isa Cristina Barbosa; DA SILVA, Rafael Oliveira; BANDEIRA, Tainá da Silva. **A reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior**. Departamento de História - UFRN, 2011.

BALASSIANO, Moisés; DE SEABRA, Alexandre Alves; LEMOS, Ana Heloísa. Escolaridade, Salários e Empregabilidade: Tem Razão a Teoria do Capital Humano? **RAC**, v. 9, n. 4, p. 31-52, 2005.

DE FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás REVISTA DA UFG** - Ano VII, n. 2, 2005.

- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.
- GRESELE, Wanderson Dutra; CONRADO, Giovana; NETO, Sebastião Cavalcanti. A Empregabilidade do Egresso De Administração: O Caso Unimeo. **V CONVIBRA – Congresso Virtual Brasileiro de Administração**, 2008. Disponível em <http://www.convibra.com.br/2008/artigos/257_0.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2016.
- HELAL, Diogo Henrique. Contextualizando a empregabilidade no Brasil: Papel do capital social. **ANÁLISE**, Porto Alegre v. 18 n. 2, p. 70-89, 2007.
- HUMEREZ, Dorisdaia C. De; JANKEVICIUS, José Vítor. **Evolução histórica do ensino superior no Brasil**. Conselho Federal de Enfermagem-COFEN. Disponível em <http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos_31492>, 2015. Acesso em: 01 de setembro 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 18 agosto de 2016.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2014 - Notas Estatísticas**. Disponível em <inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em 10 outubro de 2016.
- LEMOS, Ana Heloisa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacobowski Correia; PINTO, Mario Couto Soares. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **CADERNOS EBAPE. BR**, v. 7, nº 2, artigo 8, Rio de Janeiro, 2009.
- MACHADO, Lucília. Educação básica, empregabilidade e competência. **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 3, 1998.
- MALSCHITZKY, Nancy. A importância da orientação de carreira na empregabilidade. **ABOP** - Associação Brasileira de Orientação, 2004.
- MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira** - V. 17 (Suplemento 3), São Paulo, 2002.
- MARTINS, Livia - **Revista Veja**. Disponível em:<<http://veja.abril.com.br/educacao/os-dez-cursos-superiores-mais-procurados-no-brasil>>, 2016. Acesso em: 11 de out. 2016.
- MEC - Ministério da Educação e Cultura. Acesso em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/mec-divulga-dados-do-censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 07 out. 2016.
- MENEZES FILHO, Naercio Aquino. **A evolução da Educação no Brasil e seu impacto no mercado de Trabalho**. Departamento de Economia Universidade de São Paulo, Artigo Preparado para o Instituto Futuro Brasil, 2001.
- MINARELLI, Jose Augusto. **Empregabilidade, como ter trabalho e remuneração sempre**. São Paulo, Editora Gente, 1995.
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.o.xhtml#relatorioSetor>>. Acesso em 12 outubro de 2016.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. **Educ. Soc**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, 2004.

REIS, Ana Carolina; DO CARMO, Elias Caineli; ROSA, Gisele Belise; BARBOSA, Guilherme Augusto de Oliveira; SILVA, Leandro de Souza Gonzaga; CIACCI, Ludiane; BERTOLA, Marcus Vinicius Pereira; LÚCIO, Verônica Nogueira. Empregabilidade, **Iniciação Científica - FACECA**, Varginha, v.1, n.8, p.58-66, 2010.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990). Documento de Trabalho 8/91. **Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo**, 1991.

SANCHES, Larissa Rolin. **Empregabilidade: uma exigência profissional**. RH Portal, 2015. Disponível em <<http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/empregabilidade-uma-exigencia-profissional>>. Acesso em: 05 de junho 2016.

SARSUR, Amyra Moyzes; MENDES, Lucas Sodré. **Para a falta de emprego, empregabilidade** Faculdade De Ciências Econômicas Da Universidade Federal De Minas Gerais, 2002. Disponível em: http://www.angrad.org.br/_resources/files/_modules/producao/producao_641_201212051834228e9c.pdf. Acesso em: 20 de out. 2016.

SEMESP – Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. Disponível em: <<http://www.semesp.org.br/site/pesquisas/mapa-do-ensino-superior/mapa-do-ensino-superior-2016>>. Acesso em: 18 de agosto 2016.

SOARES, Sergei. **Aprendizado e Seleção: uma análise da evolução educacional brasileira de acordo com uma perspectiva de ciclo de vida**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Brasília, 2006.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil características, tendências e perspectivas**. Universidade de Caxias do Sul, 2007. Disponível em; <http://www.ucs.br/ucs/tplPadrao/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/imprimir/sistema_ensino_superior.pdf>. Acesso em: 03 de setembro, 2016.

ZULAUF, Monika. Ensino superior e desenvolvimento de habilidades para a empregabilidade: explorando a visão dos estudantes. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 126-155, 2006.

EMPLOYMENT AND HIGHER EDUCATION: HOW THE EVOLUTION OF BRAZILIAN HIGHER EDUCATION AFFECTS PROFESSIONAL EMPLOYABILITY

ABSTRAT

This article aims to analyze how the evolution of Brazilian higher education affects the employability of the professional, taking into account that the learning process lasts a lifetime and varies according to the person, social class, culture (SOARES, 2006), Evolution of higher education in Brazil has grown considerably in recent years, although many private institutions have created their courses under the direct influence of current market demand, explained by Brazil's slave-owning past as well as by the late implantation of resources in the country. This article is based on a collection of data from research and statistical institutes, such as IBGE, INEP, IPEA, MEC, and articles and through interviews with Human Resources (HR) managers of several companies located in the region of Vitoria / ES, data were analyzed qualitatively and quantitatively, in order to demonstrate the impact of the evolution of teaching on employability. The results from the study indicate that the number of students enrolled per year is considerably higher than the number of graduates, which is an alarming fact, which may be directly related to the labor market demand that tends to value the professional experience more than its formation. The study was limited to Greater Vitória and suggests new research accompanying students in the labor market in their respective areas after their formation.

Key words: employability, evolution, higher education, Brazil, professional.